

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2021

À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

(Da Deputada Natália Bonavides)

Requer a criação de Subcomissão Especial para debater e acompanhar o cumprimento do direito à liberdade de cátedra e da garantia da autonomia acadêmica no Brasil e propor medidas para efetivá-los

Senhora Presidenta, nos termos do art. 29 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a criação, no âmbito desta Comissão de Educação, de Subcomissão Especial para debater e o cumprimento do direito à liberdade de cátedra e da garantia da autonomia acadêmica no Brasil, assegurados no Art. 206 da Constituição Federal, e propor medidas para efetivá-los.

JUSTIFICAÇÃO

No último biênio, assistimos a um movimento temeroso de ameaças às liberdades. O governo Federal não tem hesitado em usar a estrutura do Estado para intimidar quem dele discorda.

No primeiro ano do governo, o diretor do INPE, um acadêmico respeitado em sua área, foi exonerado por apenas divulgar dados da pesquisa desenvolvida pelo instituto. Ainda no primeiro ano de governo, uma pesquisa realizada pela Fiocruz a pedido do Ministério da Cidadania teve a divulgação cancelada apenas porque o então ministro discordava das conclusões as quais a fundação tinha chegado¹.

Ao longo desse último biênio de governo, os ataques à liberdade de acadêmica e à liberdade científica foram se acentuando. Em evidente tentativa de cerceamento das liberdades inerentes à circulação de ideias acadêmicas, o MEC chegou a enviar ofício às universidades orientando a criação de uma ouvidoria para recepcionamento de denúncias sobre atividades “político-partidárias”. Mas, essa ainda não foi a atuação mais grave do governo Federal.

¹ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/05/29/governo-censura-pesquisa-da-fiocruz-sobre-uso-de-drogas-no-brasil.ghtml>

Em mais uma tentativa de intimidação, a CGU começou um procedimento administrativo contra professores da UFPEL, o que motivou a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta pelos professores perseguidos pela atuação do governo². Isso sem mencionar as constantes intervenções por parte do MEC na nomeação da gestão das universidades, como fez na UFERSA ao nomear uma reitora não escolhida pela comunidade acadêmica.

Esse tipo de estratégia também se manifesta no enfraquecimento da avaliação técnica do IDEB, através da retirada de atribuição do INEP de organizá-lo e formulá-lo. Ademais, também contribui para essa cruzada contra a liberdade de cátedra a nomeação para a equipe responsável pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) uma pessoa que disse ter a pretensão de dar uma perspectiva conservadora cristã a ela.

Essa atitude do governo federal tem contribuído para fazer o índice de liberdade acadêmica no Brasil despencar³. Isso tem consequências graves para o desenvolvimento da ciência e para a manutenção do regime democrático no país. Por isso, é imperioso que esta Comissão acompanhe de perto todas as ações do governo federal que trazem impacto à liberdade de cátedra e na garantia da autonomia acadêmica no Brasil para averiguar se a tendência percebida no primeiro biênio de governo se mantém. Além disso, é preciso que esta Comissão se debruce para formular proposições capazes de proteger esses direitos fundamentais para uma democracia.

Comissão de Educação, 23 de março de 2021

DEPUTADA NATÁLIA BONAVIDES
PT/RN

2 <https://oglobo.globo.com/brasil/cgu-impoe-2-anos-de-mordaca-professores-em-troca-de-suspensao-de-processo-por-criticas-bolsonaro-24907038>

3 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2020/09/20/relatorio-aponta-serio-risco-a-liberdade-academica-no-brasil.htm>